

Do Bolsa Família à Renda Básica Universal

Eduardo Matarazzo Suplicy

Nesta terça-feira, 25 de abril, tive a honra de ser convidado pelo presidente da Comissão que a analisa, senador Fabiano Contarato (PT/ES), para debater a Medida Provisória nº 1.164/2023, que institui o programa Bolsa Família. A MP explicita que o Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da Renda Básica de Cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6 da Constituição, e no § 1º do art. 1º da Lei 10.835/2004. Fui convidado por ser o autor desta lei aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva há 19 anos.

Eu estava feliz por voltar ao Senado após 24 anos de mandato, de 1991 até 2015. Expus como apresentei, em 1991, um primeiro projeto de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo. Toda pessoa adulta que não recebesse ao menos Cr\$ 45 mil da época teria direito a receber 50% da diferença entre aquele montante e seu nível de renda. Com parecer favorável do Senador Maurício Correa (PDT-DF), para que fosse instituído por etapas, ao longo de oito anos, começando pelos mais velhos, após memorável debate de 4hs e meia, o projeto foi aprovado quase que por consenso dos 81 senadores.

Na Câmara dos Deputados, obtive o parecer entusiasta do Deputado Germano Rigoto (PMDB-RS). Em agosto daquele

ano, quando apresentei o projeto para um grupo de economistas do PT, o prof. José Márcio Camargo (PUC-RJ) ponderou que seria bom começar a renda mínima pelas famílias mais pobres, desde que colocassem suas crianças nas escolas, ao invés de trabalharem precocemente. Seria uma maneira de cortar um dos círculos viciosos da pobreza. Ele escreveu dois artigos na Folha de S. Paulo, em 1991 e 1993, com esta proposição.

Em 1995, o Governador Cristovam Buarque, eleito pelo PT, no Distrito Federal, e o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, do PSDB, em Campinas, iniciaram programas de Renda Mínima associados à educação. Diversos outros municípios como Ribeirão Preto, Belém, Caxias do Sul, Mundo Novo seguiram o exemplo. No Congresso Nacional surgiram seis projetos de lei com este propósito (Nelson Marchesan, Chico Vigilante, Pedro Wilson na Câmara, Renan Calheiros, José Roberto Arruda no Senado). Quando o prof. Philippe van Parijs esteve fazendo palestras na UFRJ e na USP, em 1994, e soube que o Senado havia aprovado a garantia de Renda Mínima, convidou-me para que eu participasse do V Congresso Internacional da BIEN, Basic Income Earth Network. Ali conheci tantos outros entusiastas da Renda Básica como Guy Standing, Clauss Offe, Karl Widerquist.

Em 1995, resolvi fazer uma viagem ao Alasca para conhecer a experiência pioneira e positiva da renda básica. No início dos anos 60, o prefeito de pequena vila de pescadores como tantas existem no Brasil, observou que

lá saia grande riqueza na forma da pesca, mas boa parte da população continuava pobre. Então ele sugeriu que fosse criado um imposto de 3% sobre o valor da pesca. “Mais um imposto? Sou contra” teve enorme resistência. Precisou de 5 anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituída, deu tão certo que ele foi eleito governador do Estado do Alasca. Eis que no norte do Alasca, na Baía de Prudhoe, se encontrou enorme reserva petrolífera. Disse então Jay Hammond aos seus então 300 mil concidadãos, hoje são cerca de 732 mil: “Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na futura>” O petróleo não é renovável. Vamos separar pelo menos 25% dos royalties da exploração do petróleo para formar um fundo que a todos pertencerá. Pediu que todos debatessem e votassem. Deu 76 mil a favor e 38 mil contra.

Desde então, o Alasca destinou 25% dos royalties ao Fundo Permanente do Alasca em títulos de renda fixa, ações de empresas do Estado, contribuindo para diversificar sua economia, com ações de empresas dos EUA, estrangeiras, inclusive de 200 empresas brasileiras, empreendimentos imobiliários. O Fundo passou de um bilhão de dólares no início do anos 80, para cerca de 78 bilhões hoje. Cada pessoa residente no Alasca, há um ano ou mais, desde então passou a receber um dividendo igual para todas as pessoas, que variou de cerca de US\$ 300 dólares no início dos anos 80 até US\$ 3.284 dólares em outubro último. Em 1980, o Alasca era o mais desigual dos estados norte-americanos. Hoje, é o mais igualitário e é considerado

suicídio político para qualquer liderança propor o fim do sistema.

Em outubro de 1996, quando Van Parijs voltou ao Brasil para fazer mais palestras, solicitei uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Renato Sousa. Na ocasião, Philippe explicou ao presidente que o objetivo maior seria a Renda Básica Universal e Incondicional. Mas iniciar a garantia de uma renda mínima relacionando-a à educação significaria um investimento em capital humano. FHC deu então sinal verde para que o Congresso Nacional, com meu apoio e de todos partidos, aprovasse o que veio a ser a Lei 9.533/1997 que assegurava às famílias carentes uma renda mínima desde que suas crianças estivessem frequentando a escola. Pela lei, a União financiaria 50% dos gastos dos municípios que adotassem programas naquela direção, primeiramente os municípios 20% de menor renda per capita, até que no quinto ano todos teriam esse direito. Antes que chegasse o quinto ano, em 2001, por medida provisória logo aprovada como lei por todos partidos, o presidente Fernando Henrique promulgou o Programa

Bolsa Alimentação, pelo qual as famílias teriam direito a receber uma renda mínima desde que os pais levassem suas crianças aos postos de saúde para que fossem vacinadas, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. Ademais, lançou o Programa Auxílio-Gás para prover às famílias carentes o gás de cozinha.

Ao se iniciar o governo do presidente Lula, em 2003, ele lançou o Programa Fome Zero. Cada família que não alcançasse determinado nível de renda, passaria a ter o direito de receber um Cartão Alimentação no valor de R\$ 50,00, que só poderiam ser gastos em alimentos. Estive em Guaribas e Acauã, municípios do Piauí de menor índice de desenvolvimento no Brasil à época, quando o ministro do Combate à Fome, José Graziano da Silva, lançou o programa.

Eis que em outubro de 2003 o Presidente Lula, atendendo sugestão de sua equipe interministerial, resolveu racionalizar e unificar aqueles quatro programas, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão

Alimentação, no que veio a ser chamado de Bolsa Família, ao qual depois também juntou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Mais e mais interagindo com os membros da BIEN, fiquei persuadido que melhor que os programas com condicionalidades será termos a Renda Básica Universal. Em dezembro de 2001, apresentei o projeto lei. O Senador Francelino Pereira, do PFL, foi designado relator. Disse que era uma boa ideia, mas que precisaria estar de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para cada despesa, a receita correspondente. “Que tal aceitar um parágrafo que diga que será instituída gradualmente, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados.” Consideri de bom senso, aceitei. Graças a ela o Senado e depois a Câmara, por todos os partidos, aprovou a Lei, sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004.

Em dezembro de 2003, havia 3,5 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Gradualmente foi evoluindo até alcançar mais de 14,2 milhões de famílias em 2014/2015. Ao longo deste período o Brasil diminuiu a cada ano tanto o índice Gini de desigualdade, como

também a proporção de famílias em condições de pobreza extrema e absoluta, a ponto de a ONU ter dito que o Brasil havia atingido o grau de fome zero.

Aconteceu que os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tiveram muito menor atenção com os programas de transferência de renda e com os objetivos fundamentais de erradicação da pobreza e de diminuição da desigualdade. Eis que a nação assistiu então a períodos de recessão, de aumento do desemprego, de pobreza absoluta e relativa, de aumento do número de pessoas em situação de rua em quase todos municípios brasileiros.

Importante iniciativa teve a Defensoria Pública da União do Rio Grande do Sul que, em nome de uma pessoa em situação de rua de Porto Alegre, Alexandre da Silva Portuguez, 51 anos, epilético, impetrou um Mandato de Injunção junto ao Supremo Tribunal Federal, denunciando que o governo Bolsonaro não estava cumprindo a Lei 10.835/2004. O governo Bolsonaro tentou responder, mas inadequadamente, com o Programa Auxílio Brasil, exposto na Lei 14.294 de 29 de dezembro de 2021. Em 26 de abril

de 2021, o STF acatou o Mandado de Injunção, obrigando o Governo Federal a cumprir a Lei 10.835/2004.

Tendo em conta este objetivo, o presidente Lula, em 2 de março de 2023, publicou a Medida Provisória 1.164/2023, que institui o Bolsa Família, que constitui etapa do processo gradual e progressivo da implementação da universalização da Renda Básica de Cidadania.

Em diálogos com o Vice Presidente Geraldo Alckmin, o ministro do Desenvolvimento Social Wellington Dias, com o senador Fabiano Contarato, com o deputado Dr. Francisco, a profa. Aldaiza Sposati, o presidente da Rede Brasileira da Renda Básica, Leandro Ferreira, além de representantes de entidades de Assistência Social e diversas outras áreas, fizemos diversas sugestões para aperfeiçoar a MP. Sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho que envolva o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a participação de estudiosos do tema para estudar os passos do Bolsa Família em direção à Renda Básica de Cidadania, Universal e Incondicional.

Quero saldar João Joaquim de Melo e a todos que têm colaborado com a criação do Banco Comunitário Palmas, da moeda social Palmas, de todos os municípios que têm seguido o seu exemplo e também como Maricá que está combinando a Moeda Social, o Banco Comunitário e a Renda Básica de Cidadania.

Porque a Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional será melhor do que as transferências com condicionalidades?

Eliminamos toda e qualquer burocracia envolvida em termos que saber quanto cada pessoa ganha. Eliminamos qualquer sentimento de estigma ou de vergonha de a pessoa precisar dizer: Eu só recebo tanto, e por isso preciso tal complemento. Eliminamos o fenômeno da dependência que acontece quando uma pessoa está por aceitar ou não certo trabalho. Mas daí aceitar, receber tanto, mas daí vem o governo e retira o que estava recebendo naquele programa, eis que então a pessoa entra na armadilha da pobreza ou do desemprego. Mas todas pessoas vão receber, até os mais ricos? Sim, mas

obviamente colaborarão para que eles próprios e todos os demais venham a receber.

E qual é a principal vantagem da RBC? É do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano. Para aquela mãe que não tendo alternativa para dar de comer em casa e resolve se prostituir, ou para aquele rapaz que por não conseguir contribuir para o orçamento da família e resolve se tornar um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, como o “Homem na Estrada” de Mano Brown, o dia que houver para si e todos na sua família a RBC, esta pessoa vai ganhar o direito de dizer : Não, agora eu não preciso aceitar esta única alternativa que me surge pela frente. Agora, graças à RBC, vou poder aguardar um tempo, quem sabe fazer um curso, até que surja uma oportunidade mais de acordo com minha vontade, minha vocação. É neste sentido, pois que a Renda Básica Universal vai elevar o grau de liberdade e dignidade para todas as pessoas na sociedade.

Nestes últimos anos, tem sido crescente o número de personalidades, como o Papa Francisco, Barack Obama, Mark Zuckerberg, laureados com o Prêmio Nobel de

Economia e da Paz, Martin Luther King Jr, Muhamad Yunus, James Tobin, Amartya Sen, os quais tem se manifestado em favor da Renda Básica Universal. Estima-se que 130 países estão realizando projetos e debates de renda básica, como em cem cidades dos EUA, no Quênia, na França, na Inglaterra, em Macau, na China, na Namíbia, no Canadá, na Coréia do Sul e muitos outros.

“Em vamos sonhar juntos” (edição 2020, página 143) O Papa Francisco diz: “Reconhecer o valor do trabalho não remunerado para sociedade é vital para repensarmos o mundo pós pandemia. Por isso acredito que seja hora de explorar conceitos como o da renda básica universal): a renda básica universal poderia redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade das de rejeitar condições de trabalho que as pressionam na pobreza. Daria aos indivíduos a segurança básica de que precisa eliminando o estigma do seguro desemprego, e facilitaria a mudança de um trabalho para outro, como cada vez mais os imperativos tecnológicos do mundo trabalhista exigem. Políticas como essas também podem ajudar as pessoas a combinar tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo para a comunidade”.

O Papa Francisco tem conclamado os chefes de Estado a colocarem em prática os instrumentos de política

econômica que possam elevar o grau de justiça na sociedade, para que então possa haver a paz dentro de cada país e dentre os países. Dentre estes instrumentos, está justamente a Renda Básica Universal.

